

## EFEITOS DE BATOM NA FOTOGRAFIA, “#MEDEIXA”, A MULHER E O CORPO DELA

Lucília Maria Abrahão e Sousa<sup>1</sup>

Dantielli Assumpção Garcia<sup>2</sup>

**RESUMO:** Neste trabalho, intentamos refletir sobre o modo de inscrição do feminino, do corpo da mulher e de suas escolhas na campanha #MeDeixa, proposta pela revista Marie Claire, “contra a intromissão nas escolhas femininas e pelo direito das mulheres de tomarem decisões sobre o próprio corpo”, em cuja tessitura, formulações sobre a maternidade, o aborto, as identidades de gênero, a gordofobia, a sexualidade foram faladas e colocadas em funcionamento no discurso. Acompanhando cada depoimento, um nome, um rosto e um corpo de mulher foi apresentado com inscrições em batom vermelho, produzindo efeitos de uma continuidade entre a palavra e a imagem, inscrevendo um lugar feminino de dizer sobre o corpo, inscrevendo a voz da própria mulher. Além da imagem e da palavra, a grafia do batom marca um modo de delimitação do imaginário atribuído à mulher e especialmente aquele que circunscreve o apelo ao cuidado de si, à aparência de beleza e à maquiagem, aqui batom não faz falar apenas tais efeitos, mas também os de luta por uma posse bastante singular, qual seja, a do próprio corpo, ao direito do corpo e as decisões tomadas a partir do desejo que possa se materializar nele.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise do Discurso; Feminino; Corpo; Mulher; Beleza.

### Introdução

A partir de um gesto de leitura sobre o material verbo-visual da revista, e apoiadas pela teoria discursiva de Michel Pêcheux, percorremos alguns conceitos fundamentais para a descrição e a interpretação dessa materialidade, quais sejam, *sujeito*, *ideologia*, *corpo*, *gênero* e *memória*, com o intuito de analisar como as mulheres retratadas nessas fotos dizem de si e de seu corpo, sendo esse corpo inscrição de um ponto de resistência frente ao discurso patriarcal e à sociedade que dita padrões de belezas e comportamentos para a mulher. Começamos nosso percurso com uma breve reflexão teórica, que

---

<sup>1</sup> Livre docência - docente da Universidade de São Paulo. E-mail: luciliamasousa@gmail.com

<sup>2</sup> Pós-doutora - docente no curso de Graduação e de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: dantielligarcia@gmail.com

compreende o modo como trabalhamos discursivamente com as noções de *sujeito*, *ideologia*, *corpo*, *gênero* e *memória*.

Num segundo momento, apresentamos nosso gesto analítico, trazendo uma análise da campanha #MeDeixa produzida pela revista Marie Claire. Buscamos com este trabalho, ao analisarmos a materialidade significativa que constitui o(s) dizer(es) produzido(s) na campanha da revista Marie Claire, refletir acerca da retomada, pela via da memória, de sentidos já ditos sobre a mulher e seu corpo, buscando inscrevê-los em outra região de sentido em que a mulher tenha “pleno controle sobre seu corpo” e não esteja “subordinada” a outrem ao dizer sobre si.

### Uma breve discussão teórica

Na Análise de Discurso (PÊCHEUX [1975] 1997), doravante AD, perspectiva teórica que assumimos neste trabalho, o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia, sendo afetado, sem ter controle sobre o modo como estes reais o afetam, pelo real da língua e também pelo real da história. Trata-se de pensar, na AD, a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia, no simbólico, constituindo a forma-sujeito histórica. A partir da forma-sujeito constituída, ocorre o processo de individuação do sujeito. Como afirmam Pêcheux e Fuchs (1997, p. 162):

O funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeito (e, especificamente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece “a cada sujeito” sua “realidade”, enquanto sistemas de evidências e significações percebidas – aceitas – experimentadas.

Na AD, não se trabalha com o sujeito empírico, mas com a posição sujeito projetada no discurso, ou seja, com a projeção imaginária de certo lugar de dizer. Na perspectiva discursiva, a posição sujeito é resultante do processo de incorporação e, ao mesmo tempo, de dissimulação, pelo qual o sujeito se identifica com a formação discursiva que o constitui. Pensando em uma posição sujeito mulher, a qual é o enfoque deste nosso trabalho, temos, como ressalta Kehl (2016), a família nuclear e o lar burguês (acontecimentos que datam do século XVIII) como tributários da criação de uma

memória<sup>3</sup> acerca da feminilidade que ainda hoje funciona na sociedade e cujo objetivo foi promover o casamento “não entre a mulher e o homem, mas entre a mulher e o lar” (KEHL, 2016, p. 38) e adequar a mulher e o homem a partir de uma posição feminina que sustentasse a virilidade do homem burguês. A identificação das mulheres a essas funções foi fruto de diversas produções discursivas que passaram a interpelá-las para que fosse constituída uma subjetividade feminina e sua “realidade” fosse percebida, aceita e experimentada como única a ser tida como natural, normal e politicamente correta. O espaço de circulação da mulher ficava assim circunscrito ao espaço privado, ou seja, do portão da casa para dentro, situado fora da arena pública por dizer. Se hoje estamos diante de formulações sobre a feminilidade que nos parecem tradicionais, todavia, adverte Kehl (2016, p. 38), essas formulações fazem parte da história (recente) da constituição dos sujeitos modernos, a qual se deu a partir do final do século XVIII e ao longo de todo o XIX. Os discursos que constituíram uma memória a respeito da feminilidade fazem parte de um ideário social moderno:

(...) transmitido pela educação formal, pelas expectativas parentais, pelo senso comum, pela religião e pela grande produção científica e filosófica da época, que determinava o que cada mulher deveria ser *para ser verdadeiramente uma mulher*. (KEHL, 2016, p. 38, destaques da autora).

Outro ponto a ser levado em consideração, ao se trabalhar a questão da constituição do sujeito mulher, além dessa memória sobre o sujeito moderno e a feminilidade, é o modo como o corpo entra em funcionamento na materialidade discursiva. Como ressalta Orlandi (2012, p. 87), a forma-sujeito histórica (na atualidade, a forma sujeito capitalista, com direitos e deveres) tem sua materialidade e o indivíduo, interpelado em sujeito pela ideologia, traz seu corpo por ela também interpelado. Corpo atravessado de discursividades, efeitos de sentidos constituídos pelo confronto do

---

<sup>3</sup>A memória, na perspectiva discursiva, é trabalhada como um saber discursivo que possibilita todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada palavra. A memória disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada.

simbólico com o político em um processo de memória que tem sua forma e funciona ideologicamente. Para Orlandi (2012, p. 93):

O corpo do sujeito é um corpo ligado ao corpo social (E. ORLANDI, 2002) e também isto não lhe é transparente, porque as instituições com seus discursos silenciam isto, tratando o social individualizado. O corpo do sujeito é, nas condições sócio-históricas em que vivemos, parte do corpo social tal como ele está significado na história. Isto quer dizer, entre outras coisas, que o sujeito relaciona-se com seu corpo já atravessado por uma memória, pelo discurso social que o significa, pela maneira como ele individualiza. No entanto, sempre há incompletude, a falha, o possível. E os sentidos, como tenho repetido, sempre podem ser outros.

O corpo da mulher já vem atravessado por uma memória do que foi falado antes em outros contextos sociais, é um corpo de linguagem que guarda os efeitos que o discurso dominante já tornou normatizados pelo efeito de evidência. Tal discurso socialmente legitimado foi produzido por diferentes aparelhos ideológicos (família, igreja, mídia entre outros), que o significa, individualizando-o e colocando a mulher no recato e docialidade do lar com a função de cuidadora do espaço familiar e/ou reprodutora da prole que carrega(rá) o sobrenome do marido. Tal condição já implica um modo de controle do corpo da mulher: ao impor apenas no espaço da casa familiar, o discurso dominante a proíbe e interdita de participar da rua, do bar, da universidade, do partido político etc; ao marcar o corpo feminino como de mãe, indicia que não é possível a ele ocupar outra posição que não a reprodutora, ou seja, silencia-o como mulher a escolher o seu prazer e o seu modo de estar no mundo. Assim, o discurso dominante endereçado à mulher tentou (e conseguiu, na maioria das vezes, diga-se de passagem) controlar seu corpo.

A ideia de que as mulheres formariam um conjunto de sujeitos definidos a partir de sua natureza, ou seja, da anatomia e suas vicissitudes, aparece nesses discursos em aparente contradição com outra ideia bastante corrente, de que a “natureza feminina” precisaria ser domada pela sociedade e pela educação para que as mulheres pudessem cumprir o destino ao qual estariam naturalmente designadas. A feminilidade aparece aqui como o conjunto de atributos próprios a todas as mulheres, em função das particularidades de seus corpos e de sua capacidade procriadora, a partir daí, atribui-se às mulheres um pendor definido para ocupar um único lugar social – a família e o espaço doméstico –, a partir

do qual se traça um único destino para todas: a maternidade. A fim de melhor corresponder ao que se espera delas (que é, ao mesmo tempo, sua única vocação natural), pede-se que ostentem as virtudes próprias da feminilidade: o recato, a docilidade, uma receptividade passiva em relação aos desejos e às necessidades dos homens e, a seguir, dos filhos (KELH, 2016, p. 40).

Contudo, como já advertia Pêcheux (1999), a ideologia é um ritual com falhas, buracos, dobras, rachaduras, de modo que a identificação com certos discursos pode não se passar e a resistência pode ser instaurada (como veremos nas análises). Os dizeres sobre a submissão feminina confrontam-se com os de liberdade; uma vida predestinada ao casamento e à maternidade confronta-se com a ideia de que o sujeito deve ter poder sobre suas decisões, sobre seu corpo, sua sexualidade, sua identificação de gênero.

Ainda que gênero, enquanto categoria analítica, passe a ser utilizado, segundo Louro (1997, p. 29), no contexto de vários paradigmas teóricos, uma parte significativa das formulações foi desenvolvida pelas/os feministas atuais, estabelecendo articulações entre gênero e sexualidade e algumas teorizações pós-estruturalistas. Entre as estudiosas mais conhecidas nesse campo está Joan Scott, historiadora norte-americana, que escreveu, em 1986, o artigo – muito utilizado em pesquisas sobre gênero(s) – “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Para Scott ([1986] 1995), embora as/os historiadoras/es feministas tenham empregado diversas abordagens na análise do gênero, essas podem ser resumidas a três posições teóricas:

A primeira, uma tentativa inteiramente feminista, empunha-se em explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no interior de uma tradição marxista e busca um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas de relação do objeto, se inspira nessas diferentes escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero. (SCOTT, [1986] 1995, p. 77).

Para a historiadora (SCOTT, [1986] 1995), porém, era preciso “desconstruir” o caráter permanente da oposição binária “masculino-feminino” a que essas abordagens se sustentavam. Scott aponta que é comum nas análises e na compreensão das sociedades um pensamento dicotômico e polarizado sobre os gêneros, usualmente sendo concebidos

no interior de uma lógica de dominação-submissão. Scott ([1986] 1995, p. 86) define gênero como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e é uma forma primária de dar significados às relações de poder. Para a historiadora norte-americana,

Desconstruir a polaridade rígida dos gêneros, então, significaria problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um. Implicaria observar que o pólo masculino contém o feminino (de modo desviado, postergado, reprimido e vice-versa; implicaria também perceber que cada um desses pólos é internamente fragmentado e dividido (afinal não existe a mulher, mas várias e diferentes mulheres que não são idênticas entre si, que podem ou não ser solidárias, cúmplices ou opositoras). (LOURO, 1997, p. 32).

Teresa de Lauretis ([1986] 1994), outra importante estudiosa feminista, ressalta que “paradoxalmente, a construção do gênero se faz por meio de sua desconstrução” (LAURETIS, [1986] 1994, p. 209). Para a pesquisadora, necessitamos de um conceito de gênero que não esteja tão “preso” à diferença sexual a ponto de confundir-se com ela, fazendo com que, por um lado, o gênero possa ser incluído na diferença sexual “como efeito de linguagem, ou como puro imaginário – não relacionado ao real. Tal dificuldade, ou seja, a imbricação de gênero e diferença(s) sexual(ais) precisa ser desfeita e desconstruída” (LAURETIS, [1986] 1994, p. 208). Lauretis ([1986] 1994, p. 209) assim definirá a noção de gênero:

1. Gênero é (uma) representação – o que não significa que não tenha implicações concretas ou reais, tanto sociais quanto subjetivas, na vida material das pessoas. Muito pelo contrário.
2. A representação do gênero é a sua construção – e num sentido mais comum pode-se dizer que toda a arte e a cultura erudita ocidental são um registro da história dessa construção.
3. A construção do gênero vem se efetuando hoje no mesmo ritmo de tempos passados, como da era vitoriana, por exemplo. E ela continua a ocorrer não só onde se espera que aconteça – na mídia, nas escolas públicas e particulares, nos tribunais, na família nuclear, extensa ou monoparental – em resumo, naquilo que Louis Althusser denominou “aparelhos ideológicos de Estado”. A construção do gênero também se faz, embora de forma menos óbvia, na academia, na comunidade intelectual, nas práticas artísticas de vanguarda, nas teorias radicais, e até mesmo, de forma bastante marcada, no feminismo.

4. Paradoxalmente, portanto, a construção do gênero se faz por meio de sua desconstrução, quer dizer, em qualquer discurso, feminista ou não, que veja o gênero como apenas uma representação ideológica falsa. O gênero, como o real, é não apenas o efeito da representação, mas também o seu excesso, aquilo que permanece fora do discurso como um trauma em potencial que, se/quando não contido, pode romper ou desestabilizar qualquer representação.

O gênero seria, na concepção de Lauretis ([1986] 1994), a representação de uma relação social, isto é, o gênero representa um indivíduo por meio de uma classe. Retomando a leitura althusseriana em torno dos Aparelhos Ideológicos do Estado e a afirmação de que a ideologia representa “não o sistema de relações reais que governam a existência de indivíduos, e sim a relação imaginária daqueles indivíduos com as relações reais que vivem” (ALTHUSSER, 1985, p. 77), a pesquisadora afirma que, assim como a sexualidade e a subjetividade, o gênero localiza-se “na esfera privada da reprodução, procriação e família, e não na esfera pública, propriamente social de superestrutura, onde a ideologia se insere e é determinada pelas forças econômicas e pelas relações de produção” (LAURETIS, [1986] 1994, p. 212). O gênero tem, desse modo, a “função de constituir os indivíduos” (LAURETIS, [1986] 1994, p. 213), sendo, portanto, uma instância da ideologia que sustenta as relações de produção. Para Lauretis ([1986] 1994, p. 228),

A constituição do gênero ocorre através de várias tecnologias do gênero (p. ex., o cinema) e discursos institucionais (p.ex., a teoria) com poder de controlar o campo do significado social e assim produzir, promover e “implantar” representações de gênero. Mas os termos para uma construção diferente do gênero também existem nas margens dos discursos hegemônicos. Propostos de fora do contrato social heterossexual, e inscritos em práticas micropolíticas, tais termos podem também contribuir para a construção do gênero e seus efeitos ocorrem ao nível “local” de resistência, na subjetividade e na auto-representação.

É por meio de uma inscrição pela via do corpo, utilizando do ciberespaço para fazer os sentidos ecoarem, que diferentes mulheres farão resistência a uma memória sobre a feminilidade e sobre o que pode e deve a mulher dizer/fazer. Confrontando sentidos estabilizados, as mulheres vão formulando outros dizeres sobre o gênero, constituindo outros sentidos à mulher, ao corpo, à sexualidade feminina. Rompendo com

uma memória estabilizada, outros sentidos passam a ecoar e tentam desestabilizar a imagem da mulher como sem voz, que não pode dizer de si. Vejamos como isso se dá na campanha da revista Marie Claire.

### #medeixa: a mulher e seu o direito ao corpo

Lançada pela revista Marie Claire, a campanha #MeDeixa constitui-se como um projeto em que se divulgam ações cotidianas de diferentes mulheres que marcam o “direito” de “tomarem decisões sobre suas vidas sem nenhum tipo de condenação ou julgamento”<sup>4</sup>. A campanha formula-se por meio da imagem de uma mulher, uma escrita em batom vermelho em uma placa preta (que indica qual é o ato cotidiano que confronta, desautoriza e deslegitima o discurso estabilizado sobre o que pode e deve fazer a mulher e o que pode seu corpo significar) e um breve texto que relata o que as mulheres defendem como direito feminino:



**Figura 1:** #MeDeixa

**Fonte:** <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2015/10/aos-20-virei-transgenero-e-hoje-tenho-certeza-do-que-sou-relata-modelo-de-24-anos.html>

<sup>4</sup>As referências da campanha podem ser encontradas no link: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2015/>. Acesso em 07 fev. 2017.



**Figura 2:** #MeDeixa

**Fonte:** <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2015/10/nunca-transei-e-nao-tem-nada-ver-com-religiao-conta-designer-de-24-anos.html>



**Figura 3:** #MeDeixa

**Fonte:** <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2015/10/carioca-explica-por-que-defende-o-topless-um-manifesto-pelo-direito-sobre-meu-corpo.html>

Por meio das *hashtags* #MeDeixa, #MeDeixabyMC, #NoMeuCorpoMandoEu e #MarieClaireBR, interpelam-se as mulheres que estão navegando pelo ciberespaço para que contribuam com a campanha e envie também suas fotos e relatos. Com enunciados como: “Junte-se a Marie Claire nessa campanha contra a intromissão nas escolhas femininas. Poste uma foto como a sua causa e marque #MeDeixa, #MeDeixabyMC, #NoMeuCorpoMandoEu e #MarieClaireBR”; “Quer que mamilos deixem de ser polêmicos? Entre na nossa campanha, postando uma foto e marcando com #MeDeixa, #MeDeixabyMC, #NoMeuCorpoMandoEu e #MarieClaireBR”; “É virgem e não tem vergonha nem quer dar satisfação para ninguém? Não quer ser incomodada nem proibida de usar decote ou minissaia? Entre na nossa campanha, postando uma foto e marcando com #MeDeixa, #MeDeixabyMC, #NoMeuCorpoMandoEu e #MarieClaireBR”, ecoam-se, mais uma vez, dizeres que reverberam efeitos de denúncia de um não pertencimento do corpo da mulher à mulher. As lutas das mulheres no século XXI constituem-se para que as mulheres possam ter o direito de serem virgens, de usarem decotes, minissaia sem sofrerem “julgamentos” e “intromissões”.

Como apontam Dias e Coelho (2014, p. 235), tecnicamente, uma *hashtag* se dá pela união de uma cerquilha (#) que, na rede, nos mecanismos de busca, como o Google, funcionam como hiperlink de assuntos indexados no ciberespaço. Seu uso permite aos sujeitos-navegadores clicarem nessas *hashtags* ou as buscarem nos mecanismos de busca para terem acesso a mensagens, fotos e publicações que participam da discussão de um tópico nas redes sociais. Desse modo, ao adicionarem a *hashtag* ao relato, faz com que a campanha passe a circular e ter visibilidade no ciberespaço. Discursivamente, seu uso marca um funcionamento que clama para que as mulheres tenham poder de decidir sobre suas vidas e sobre o que fazer com seu corpo. Pelo uso da *hashtag*, há um convite à militância feminina no ciberespaço. As lutas das mulheres passam, dessa forma, a ter outro espaço de significação – o espaço digital. Conforme Moraes (2001, p. 1-2), “a Internet vem dinamizar as lutas das entidades civis a favor da justiça social num mundo que globaliza desigualdades de toda ordem”. A militância feminina se dá por meio de um discurso que está fora das malhas do digital, mas que é nesse espaço ressignificado como

tentativa de romper com uma memória que tenta “domar” as mulheres e estabelecer uma única significação a seus corpos: o corpo da mulher não pertence à mulher. A significação da campanha se dá pela formulação dos seguintes enunciados:

1. Campanha pelo direito das mulheres mandarem em seus próprios corpos;
2. Campanha pelo direito das mulheres de serem donas de seus próprios corpos;
3. Campanha pelo direito das mulheres de fazerem o que bem entenderem com seus próprios corpos;
4. Campanha pelo direito das mulheres de tomarem decisões sobre o próprio corpo;
5. Campanha pela liberdade das mulheres sobre seus corpos;
6. Campanha pela liberdade das mulheres em relação a seus corpos;
7. Campanha contra a intromissão nas escolhas femininas<sup>5</sup>.

A campanha retoma uma memória de que o corpo da mulher não pertence a ela, mas sim ao Estado, que legisla, por exemplo, sobre a legalização do aborto; ao homem, o qual tem sua virilidade sustentada ao dominar, muitas vezes, pela violência, o corpo da mulher; à sociedade, que impõe à mulher o que ela pode ou não fazer com seu corpo (“não amamentar em público”, “não ser virgem depois dos 20”, “não fazer topless”, “não dar à luz em casa”, “não mudar de gênero”, “não ser gorda”, “não praticar aborto”). A campanha evidencia que, em pleno século XXI, a mulher ainda não tem controle sobre seu corpo e traz materializada diversas pautas feministas para a discussão. Com o uso do imperativo, na *hashtag* “Me Deixa”, marca-se um desejo da mulher de ser deixada pelo discurso dominante, ser abandonada por ele, ser excluída por sua própria voz do lugar que o outro a ela endereçou. Se observarmos no dizer cotidiano, “me deixa” é um grito empregado em situações nas quais o cansaço e a dominação tornaram algo insustentável, indesejável e impossível de ser levado adiante como tal; e pode ser empregado e dirigido a diversas situações de trabalho, família e relacionamentos. Contudo, na propaganda em questão, não se direciona a quem é esse enunciado, então questionamos: quem deve deixar a mulher? O homem? O Estado? A sociedade? A resposta, silenciada na campanha, indica que todos os indivíduos devem fazer parte da luta por direitos ainda não conquistados

<sup>5</sup>As referências da campanha podem ser encontradas no link: <http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2015/>. Acesso em 07 fev. 2017.

pelas mulheres, sendo um dos principais direito o direito a si e a seu corpo. Com relatos individualizados, a campanha traz diferentes experiências vividas por mulheres que mostram como seus atos cotidianos caracterizam situações de luta para terem poder decisório a respeito de seu corpo:

1. “Em 2011, quando voltei ao Rio depois de morar em Lisboa, fiquei assustada com a reação das pessoas que me viam sem a parte de cima do biquíni. Ouvi absurdos do tipo ‘só pode ser puta’. Topless é minha bandeira contra o preconceito e hipocrisia. Criei o #toplessinrio como um manifesto pelo direito sobre meu corpo”<sup>6</sup>.
2. “Amamentei minhas duas filhas com naturalidade. Se elas estavam com fome no meio da praça ou restaurante, por exemplo, dava o peito na hora. Existe algo mais natural do que uma mãe amamentar seu filho? Não entendo como isso pode causar incômodo ou chocar... As pessoas estão muito intolerantes.”<sup>7</sup>
3. “Nunca transei. Nunca me apaixonei e não tenho vontade de transar só por transar. Não tem nada a ver com religião. Minha família e as minhas amigas me cobram arrumar um namorado, como seu fosse infeliz ou frustrada sozinha. Não tem nada a ver. A decisão é minha. Parem de se preocupar com minha vida sexual. O corpo é meu e estou feliz assim”<sup>8</sup>.

Nesses três relatos, temos em confronto o dizer da mulher e um dizer da sociedade (materializada pelo uso dos significantes “pessoas”, “família”, “amigas”) sobre determinados atos das mulheres: fazer topless, amamentar em público, ser virgem. Ao fazerem suas escolhas, as mulheres são vistas como “putas”, “infelizes”, “frustradas”. Há uma memória sobre o que é ser “verdadeiramente uma mulher” com a qual esses enunciados tentam romper. Essas formulações fazem resistência ao confrontarem o que se espera da mulher: que tenha um namorado/marido, que seja recatada, que não exiba seu corpo. Esses relatos mostram como, mesmo sendo repetidas as litâneas direcionadas para as mulheres do século XXI, semelhantes as dos séculos XVIII e XIX, da família burguesa, as mulheres inscrevem em batom vermelho suas resistências. Uma dessas resistências é em torno da escolha de uma identidade de gênero:

<sup>6</sup><http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2015/10/carioca-explica-por-que-defende-o-topless-um-manifesto-pelo-direito-sobre-meu-corpo.html>. Acesso em 07 fev. 2017.

<sup>7</sup><http://revistamarieclaire.globo.com/Celebridades/noticia/2015/09/mae-aos-46-carolina-ferraz-revela-engordei-18kg-e-tive-depressao.html>. Acesso em 07 fev. 2017.

<sup>8</sup><http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2015/10/nunca-transei-e-nao-tem-nada-ver-com-religiao-conta-designer-de-24-anos.html>. Acesso em 07 fev. 2017.

"Aos 20 mudei de gênero e hoje tenho certeza do que sou", relata modelo de 24 anos.

Camila Ribeiro participa da campanha #MeDeixa pelos direitos das mulheres de fazerem as próprias escolhas.

A modelo **Camila Ribeiro**, de 24 anos, mudou de gênero. Ela endossa a campanha #MeDeixa pelo direito das mulheres de tomarem decisões sobre o próprio corpo.

"Essa ideia de ser menina presa em um corpo de menino para mim não existe. Nasci em um corpo masculino e, embora tivesse traços delicados, isso não era algo que me diferenciava. Só na adolescência fui me reconhecendo no que era considerado feminino e aos 20 mudei de **gênero**. Foi um momento complicado e cheio de conflitos até eu entender o que realmente queria para mim. Mas hoje tenho certeza do que sou."<sup>9</sup>

Neste relato da modelo Camila Ribeiro, a sustentação de que ser mulher é uma construção sócio histórica e não somente uma questão de genitália, de sexualidade. Na mudança de gênero, a identificação de si, o tornar-se mulher (BEAUVOIR, 1949). Mesmo apresentando uma visão polarizada do que seja gênero (entre masculino e feminino), há uma ruptura sendo produzida a partir do ter o direito de identificar-se com qual gênero se quiser e não pelo que é (im)posto pela memória dos sujeitos e de seus corpos. Ao dizer sobre si, sobre sua escolha, a modelo diz também sobre como a sociedade vê o corpo da mulher, o corpo feminino: "com traços delicados". Mesmo sendo detentores desses traços, a modelo, pelo seu relato, indicia que não é essa característica que marca o que é ser mulher, mas sim o que a mulher diz ser, por meio de seus conflitos, de suas certezas e de suas escolhas.

---

<sup>9</sup>[http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2015/10/aos-20-virei-transgenero-e-  
hoje-tenho-certeza-do-que-sou-relata-modelo-de-24-anos.html](http://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2015/10/aos-20-virei-transgenero-e-hoje-tenho-certeza-do-que-sou-relata-modelo-de-24-anos.html) Acesso em 07 fev. 2017.



Quer fazer parte dessa luta? Publique uma foto com sua causa nas redes sociais e marque #MeDeixa, #MeDeixabyMC, #NoMeuCorpoMandoEU e #MarieClaireBR.

Observamos na imagem acima, uma inscrição que se abre à polissemia, “Peso 105 quilos”, que tanto pode indicar o peso quanto o peso da mulher. Temos a nudez como um dizer a colocar a mulher de perfil, com a silhueta desenhada de outro modo que não aquele vastamente explorado pelas agências de mídia nas quais corpos magros são exibidos. Ter esse corpo passa aqui a ser enunciado como uma escolha, tanto quanto de gênero, de fazer topless e de ser virgem, uma decisão do sujeito mulher sobre seu corpo, seu peso, sua forma. Escolha e decisão que passam a ser discursivizadas como da ordem da libertação. Vejamos.

“Sempre fui **gorda** e cresci ouvindo todo tipo de piada – as pessoas são muito cruéis com os gordinhos. Sofri durante muito tempo tentando me adequar ao padrão de beleza. Mas cresci, amadureci e me aceitei. Foi uma libertação. Finalmente entendi que se sentir bonita não tem nada a ver com o que os outros pensam, mas sim com como a gente se sente. Eu me enxergo uma mulher linda e sexy. O corpo é meu e eu exijo respeito.”

O que está em jogo acima discursiviza um modo de resistir e deslocar-se a partir da homogeneidade do discurso dominante, rompendo uma identificação do sujeito mulher ao que se espera do corpo dela, desestabilizando o modo de funcionamento ideológico da evidência e

produzindo uma ruptura dada por um “finalmente entendi”. O sujeito marca efeitos de sofrimento por aceitar o dizer sobre ela e por tomar como verdade o imperativo de adequação ao “padrão de beleza”, mas a certa altura consegue deslocar-se para outra posição, qual seja, sentir-se, sentir-se linda, sentir-se dona do próprio corpo, sentir-se como merecedora de respeito.



O último dado que escolhemos para análise traz um mulher bastante conhecida – diferente das anteriores –, apresentadora de TV, cuja declaração em primeira pessoa “fiz aborto” toca uma questão bastante complicada já que é o Estado – muitas vezes com projetos de lei escritos por homens – (e, de forma velada, a Igreja – também com as instâncias decisórias sustentadas igualmente por homens) que regulariza e autoriza a execução do aborto no Brasil sob determinadas condições. O Estado designa o que pode e deve ser feito em relação ao corpo feminino, o que implica uma forma de imposição bastante difícil de combater, tendo em vista que ela define o corpo da mulher como reprodutor, maternal e obrigado a sustentar um filho independente do seu desejo de ser mãe. Como vimos no início do artigo, essa foi uma das primeiras tramas do bordado imaginário a sustentar o corpo feminino como corpo de mãe, e romper com tal consistência ideológica exige, nesse caso, uma decisão pessoal e solitária. Embora a luta pela legalização do aborto seja pauta de muitos movimentos e ações políticas, a

realização do mesmo é solitária e pessoal. Daí o “fiz” instalar uma prática de uma mulher apenas, no caso, figurativizada por um olhar baixo e triste.

O corpo nessa campanha é inscrição de uma resistência frente a um discurso que violenta a mulher de diferentes maneiras ao ditar padrões de beleza e comportamentos. A campanha traz para o fio do discurso, em um jogo entre uma memória e uma atualidade, dizeres sobre a submissão feminina que se confronta com dizeres sobre sua sexualidade, seu corpo e sua identidade de gênero.

### **Um corpo fala por si mesmo**

Nos relatos da campanha, o gênero (constituindo os indivíduos como mulheres) é posto em funcionamento. Não apenas como efeito de uma representação (do que é ser mulher), mas como seu excesso, aquilo que deveria permanecer fora do discurso quando se pensa a mulher e sua feminilidade e que, contudo, emerge como uma resistência que tenta romper e desestabilizar uma memória sobre a mulher e seu corpo.

A constituição do gênero dá-se por meio dos aparelhos ideológicos *família, religião, mídia*, entre outros. São esses aparelhos que produzem, promovem e implantam representações de gênero. Na campanha #MeDeixa, há, nas margens dos discursos hegemônicos, sustentados por uma memória em torno do lar e do homem burguês, uma tentativa de construir uma outra imagem para a mulher fora do contrato social do recato e docilidade dos corpos. Como uma instância da ideologia, o gênero sustenta as relações de produção, as quais estruturam o funcionamento do edifício da sociedade polarizada e normatizada entre homem-mulher, masculino-feminino, dominação-submissão. Na resistência pela palavra e por uma inscrição no corpo, a denúncia da repressão sofrida pela mulher na sociedade patriarcal que “não a deixa” ter direito sobre si.

### **Referências bibliográficas**

DIAS, C.; COELHO, A. V de Vinagre: a produção de imagens humorísticas sobre as manifestações brasileiras de 2013 nas redes sociais. In: PATTI, A.R. [et.al.]. *Textecendo discursos na contemporaneidade*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2014.

KELH, M.R. *Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2016.

LAURETIS, T. de. [1986]. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. de. (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

ORLANDI, E. P. *Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, M. [1975]. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectiva. In: GABET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In: ACHARD, P. [et.al.]. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.

SCOTT, J. W. [1986]. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul-dez, 1995, p. 71-99.